

ENTREVISTA

com José Augusto Pádua

POR GEFERSON RAMOS RODRIGUES

Motivado pelos debates sobre questões ambientais nos anos 1970, José Augusto Pádua percebeu logo que poderia contribuir para a discussão a partir de uma dimensão histórica do meio ambiente. Mas advertiu logo: a História Ambiental, que então começava a se constituir naquele momento, não pretende ser um novo reducionismo, à moda do que havia se praticado no século XIX. A proposta é ser uma ampliação da análise histórica. A exemplo de Gilberto Freyre, que reivindicava uma ecologia mais humana e inclusive poética, ainda na década de 1930, o historiador ambiental não lê apenas documentos mas também paisagens. Esta é, na opinião de Pádua, uma das dimensões mais bonitas da História Ambiental e garante, “Quando a gente aprende a ler a paisagem, o entendimento histórico se amplia”. Professor da UFRJ, José Augusto Pádua gentilmente recebeu a Revista Cantareira na centenária edificação que abriga o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais.

Revista Cantareira: Gostaríamos que o Sr. falasse um pouco sobre a sua trajetória e como veio a se dedicar a esse tema.

José Augusto Pádua: Eu sou uma pessoa da geração da década de 1970, minha consciência política, meus temas de pesquisa, meus interesses como ser humano são muito ligados àquele período. E entre as muitas questões que nós debatíamos naquele momento histórico – nós vivíamos, de uma certa maneira, o final da ditadura militar e o debate político era muito vibrante, era muito quente – e entre os temas que estavam emergindo, aparecia o que hoje a gente chama questão ambiental. Surgia toda uma crítica da civilização industrial, da capacidade de sustentação da civilização industrial, os limites do planeta, um conhecimento mais preciso e mais fino da ecologia planetária, dos sistemas climáticos, dos sistemas hídricos, dos sistemas florestais. Aparecia todo o debate sobre biodiversidade e também, dentro daquela ampliação dos temas a serem discutidos na política, aparecia muito a dimensão ambiental da vida social como, por exemplo, o problema da desigualdade ambiental. A desigualdade de acesso ao saneamento básico, de acesso a água, no problema das populações que viviam em regiões florestais, ou regiões que tinham uma presença muito forte ainda dos ecossistemas nativos e

que estavam se chocando com as frentes de expansão da economia capitalista na Amazônia, os muitos conflitos sociais, lutas pela terra, a relação da luta pela terra e o desflorestamento que é bastante forte no contexto específico de um país como o Brasil. Então, eu digo isso porque acho que o historiador não se forma numa torre de marfim, ele se forma com as questões do seu tempo, com as suas inquietações pessoais. Então eu já trazia essas inquietações dentro do meu conjunto de preocupações políticas e sociais. A vontade de estudar e de conhecer melhor as dinâmicas sociais, especialmente no Brasil, eu já trazia a questão ambiental como um dos pontos importantes que eu queria conhecer com mais profundidade. Também comecei a conhecer toda uma nova literatura que vinha da ecologia, da ecologia política, da política verde, tudo isso fazia parte daquele leque de discussões. Quando cheguei no curso superior, eu busquei também uma forma de encontrar um canal, um canal institucional onde eu pudesse estudar as questões que me interessavam e eu diria que até hoje as questões que me interessam vão muito além das divisões disciplinares rígidas. Eu acabei me firmando institucionalmente como um historiador, uma carreira de historiador, mas o meu interesse percorre várias disciplinas. Eu tenho um diálogo forte com a Geografia, com a própria Ecologia, com as Ciências Naturais, com a Antropologia, não me sinto fechado em campos rígidos de conhecimento. Eu acho aliás que é nessa riqueza de vida intelectual e nessa velocidade de circulação de informações que nós temos hoje, para nós processarmos essas informações de uma forma inteligente, nós precisamos conviver com vários enfoques e várias disciplinas. Então quando eu comecei a estudar, a construir uma carreira acadêmica, eu segui primeiro pela Economia, mas já buscando uma aproximação com o que hoje se chama Economia Ecológica e depois me encaminhei na direção da História. Porque a Economia naquele momento no final dos anos 70, a Economia que eu encontrei na Universidade era uma Economia extremamente abstrata, extremamente matemática e baseada em modelos com pouca preocupação com o que eu buscava estudar: a vida vivida em lugares e momentos específicos.

Revista Cantareira: Era o que nos Estados Unidos se chamava de Cliometria?

José Augusto Pádua: Não exatamente. Eu estava buscando vida vivida. As estatísticas são importantes, mas eu estava buscando o que Lucien Febvre chamou de tirar sangue quente e vivo de papéis mortos. O sangue remete ao corpo, ao viver no mundo concreto da natureza e da sociedade. Na verdade, é preciso entender que o contexto da década de 1960, da década de 1970 principalmente, que no meu caso pessoal, me levou a ser também um estudioso hoje das questões ambientais, ele (esse contexto) foi o que influenciou mudanças em várias disciplinas. Nós estamos falando aqui hoje de História Ambiental, mas existe a Economia Ecológica, o Direito Ambiental, a Antropologia Ecológica e cada uma das grandes disciplinas do conhecimento foram desafiadas também por aquela conjuntura que emerge com muita força no final do século XX e que ganha cada vez mais relevância. Quer dizer, hoje ninguém mais pode dizer que as questões da vida, as questões do ambiente, da reprodução, da Biopolítica, enfim, tais questões apresentam uma interação muito forte entre o que nós chamamos natureza e cultura, vida social. Ninguém hoje considera isso irrelevante. Não há como, seja na vida política ou na discussão científica, na discussão acadêmica, intelectual. Então, da mesma forma como eu não me senti bem na Economia, na História me senti muito bem, porque eu encontrei o que eu queria, que era buscar as manifestações e rastros da vida vivida, do movimento, do movimento concreto das sociedades ao longo do tempo. Logo que eu fiz essa transição como estudante ainda de graduação da Economia para a História em 1981 – eu me graduei em História em 1983 na PUC – por volta de 1982 eu conheci Warren Dean e foi um encontro muito importante na minha carreira, na minha trajetória.

Revista Cantareira: E o Warren Dean era um historiador que também veio da economia.

José Augusto Pádua: Ele era um historiador muito renomado, historiador econômico da Universidade de Nova Iorque, um brasileiro que tinha escrito muitos trabalhos, mas ele compartilhava as mesmas inquietações que eu tinha. Eu logo me iniciei como professor no Departamento de História da PUC e já tinha começado a trabalhar por conta própria as questões ambientais, ainda como estudante. Como professor eu comecei a estudar toda a dimensão ambiental da Revolução Industrial, o problema energético, o problema dos recursos naturais, do carvão, da poluição que surge com a Revolução Industrial na Inglaterra inicialmente, enfim, pensar as mudanças históricas no contexto da vida encarnada, da vida no mundo. Mas através do Warren Dean foi fascinante porque eu pude saber, dialogando com ele, que existia essa inquietação em vários historiadores, era uma coisa mais ampla, no caso principalmente dos Estados Unidos onde ele trabalhava. Já existia uma revista específica, uma Associação Americana de História Ambiental. Então foi um conceito que veio ganhando força e foi o espaço intelectual de toda a minha trajetória na História também na Ciência Política. Meu doutorado é em Ciência Política, no IUPERJ, porque naquele momento, para as questões que eu queria discutir, encontrei um bom espaço bom lá, na Ciência Política. E depois a volta para a institucionalidade acadêmica da História. Mas essa é a minha trajetória, passa por aí, e já tenho uma produção relativamente longa.

Revista Cantareira: Então nesse momento o Sr. não se sentiu “remando contra a maré”, ou era um momento de entusiasmo para o desenvolvimento de um campo intelectual que estava se constituindo?

José Augusto Pádua: Eu acho importante nós entendermos que essa corrente que emerge de uma forma organizada no final da década de 1970, com o nome de História Ambiental, não tem a proposta de ser um novo reducionismo ou uma especialização radical. Ela tem a proposta de ser uma ampliação da análise histórica. Isso é um ponto muito importante, porque você poderia imaginar que a História Ambiental é a linha de investigação que focaliza a explicação dos fenômenos históricos na natureza, na Ecologia, na Biologia ou na Geografia. Então você poderia pensar em um novo materialismo ou naturalismo, que a partir da natureza pretende explicar a sociedade. Mas ela não se formou dessa maneira; ela se formou como uma ampliação no seguinte sentido: o campo da pesquisa histórica vem se ampliando a partir do século XIX, tendo como base uma história focalizada em estados e em grandes personagens. Você tem uma ampliação incorporando a economia, as relações de produção; depois você tem novas ampliações incorporando a vida cotidiana, incorporando a Micro-história, incorporando uma série de questões em que a pesquisa histórica vai se desdobrando, por exemplo, com a questão do gênero, as questões étnicas, a diversidade cultural, a História Cultural, o debate com a Antropologia etc. A História Ambiental não nega todas essas dimensões políticas, econômicas, sociais, culturais, mas ela quer chamar atenção para uma outra dimensão sub-explorada, ou sub aproveitada, na análise histórica. Então, assim como num determinado momento alguns historiadores disseram: “nós temos que levar em conta a vida cotidiana como algo fundamental para entender as sociedades no tempo”, a história ambiental amplia mais ainda e diz: “além disso nós temos que levar em consideração que os fenômenos históricos são sempre situados em ambientes concretos, são sempre uma interação, uma mescla muito forte e híbrida do que nós chamamos sociedade e cultura e do que nós chamamos natureza, ou mundo biofísico; então, se nós deixamos de lado essa dimensão, nós empobrecemos o

potencial da análise histórica". Esse ponto eu acho crucial. É crucial pensar essa questão da História Ambiental ser uma ampliação e não um reducionismo. Porque há uma possibilidade, é normal, isso acontece, cada vez menos, mas acontece, das pessoas imaginarem que é um novo determinismo geográfico, ou um novo determinismo biológico, voltando a percepções do século XIX, antes da virada cultural nas ciências sociais, etc. Mas é justamente o oposto. Além da História Ambiental ser posterior a todas as transformações que aconteceram nas Ciências Sociais ao longo do século XX – então ela incorpora as questões profundas do culturalismo e, inclusive, do debate sobre pós-modernidade – ela dialoga com Ciências Naturais e com leituras da Ecologia, completamente diferente das que vigoravam no século XIX. Então, no século XIX existiu sim tendências de explicar o social a partir do geográfico e do biológico. Mas na nova História Ambiental, que surge na década de 1970, procura-se incorporar o geográfico, o ecológico ou biológico no jogo de interações complexas que constituem as sociedades ao longo do tempo. Então, é claro que ao chamar atenção para uma coisa que vem sendo pouco trabalhada, ou trabalhada de uma maneira pouco sofisticada em grande parte da historiografia contemporânea, que é a questão da natureza, do mundo biofísico na história, é claro que a gente tende a enfatizar essa dimensão, mas a perspectiva não é reducionista ou determinista. A perspectiva é de ampliar e trazer para o conjunto de questões da análise histórica essa dimensão que é crucial, porque nós seres humanos somos ao mesmo tempo seres de cultura – habitantes do mundo da linguagem simbólica – e seres biofísicos, habitantes da esfera terrestre. Nós somos também animais mamíferos, participamos de cadeias alimentares, precisamos beber água, respirar. Se a gente perde a complexidade dessa dimensão, empobrece muito a análise histórica. Mas isso é muito diferente do velho reducionismo do século XIX.

Revista Cantareira: Quando é que surge uma preocupação com o meio ambiente?

José Augusto Pádua: Existe uma questão que às vezes é levantada em relação a isso, de que conceitos e palavras que nós usamos, por exemplo, “meio ambiente”, ou “ecologia”, não estavam presentes em sociedades do passado, então haveria um certo anacronismo em você trabalhar, por exemplo, uma História Ambiental da Europa pré-industrial ou uma série de outras situações históricas que os historiadores ambientais abordam. Acontece que esse tipo de problema é quase que inerente à pesquisa histórica de maneira geral. Por isso existe o conceito muito importante da “qualificação retrospectiva”. Eu penso que a “qualificação retrospectiva” é praticamente uma condição para a escrita da História. Tudo que nós podemos pensar em relação ao passado é necessariamente a partir da consciência presente. Nós não temos como estar realmente na mente dos atores sociais do passado, experimentando o mundo segundo o vocabulário e os conceitos que davam sentido ao agir histórico em cada período. Esse problema metodológico é bastante conhecido. Por mais que busquemos palavras ou conceitos de época, a nossa percepção é outra. Não apenas não existiam certas palavras e conceitos, mas também muitas das perguntas e inquietações que orientam nossa busca atual pelo conhecimento. No entanto, essa postura pós-positivista é diferente de negar a legitimidade da busca pela construção de um bom conhecimento histórico, inclusive iluminado por conceitos e perguntas que qualificam retrospectivamente esse conhecimento. Pensar a “vida cotidiana” ou a construção do “estado nacional” na Europa do período moderno inicial, por exemplo. Ou a “afluência” das sociedades na “economia” paleolítica, como fez Marshall Sahlins. O mesmo fio da navalha da simultânea “legitimidade” e “ilegitimidade” do conhecimento histórico existe quando examinamos as relações “ecológicas” ou “ambientais” de sociedades do passado. Mais ainda, perguntas, conceitos e metodologias do presente podem iluminar o nosso entendimento das dinâmicas sociais do passado. Mas está claro

que essa projeção tem que ser consciente e cuidadosa, evitando ao máximo o anacronismo. Assim entendo a sua pergunta sobre “quando é que surge uma preocupação ambiental?”. Se for com base na difusão das palavras ambiental e ecologia, é claro que é um fenômeno social recente. Agora, essas palavras podem iluminar retrospectivamente uma série de experiências, palavras e conceitos do passado que se referiam a vivências e preocupações concretas com o desmatamento, a erosão dos solos, a falta de água e madeira, ao problema dos animais que começam a processos de extinção, de desaparecimento. Neste caso existe uma documentação riquíssima, por exemplo, na Europa e no mundo colonial a partir do século XVII. Alguém poderia dizer “ah, mas isso não tem nada a ver com o ambiental!”. Mas é claro que tem! Faz parte da genealogia complexa e não linear da questão ambiental na modernidade. Então, pode não aparecer a palavra “ambiente”, mas aparecem preocupações profundas com o desflorestamento, a perda de solos, a contaminação etc. Aparecem outras palavras como “aniquilar as naturais produções” (no século XVIII). A documentação revela leis, conflitos sociais, elaborações intelectuais, materiais riquíssimos a partir dos séculos XVII, XVIII, XIX. Porque aí já se está dialogando com a ciência pós Renascentista, com o com o Iluminismo, com a ideia de ciência. Agora, com mais liberalidade ainda, você poderia dizer que todas as sociedades se defrontam concretamente com o que chamo de questões da vida, questões da reprodução, questões da sobrevivência, questões do entendimento do mundo vivido, que se manifestam em espaços concretos, interagem com a diversidade do mundo natural, na interface entre vivências sociais subjetivas e objetivas.

Revista Cantareira: Podemos considerar que a “Peste Negra” foi um ponto de inflexão importante para o homem se dar conta de que a maneira como ele interage com a natureza pode trazer consequências trágicas para a vida dele?

José Augusto Pádua: Aí a gente tem que acompanhar a historicidade do pensamento humano e da constituição dos saberes, a história do período medieval para cá, em termos do surgimento da própria ciência moderna e da própria modernidade. Porque que estou falando isso? A peste negra foi um dos momentos cruciais da história do mundo europeu, do mundo mediterrâneo, do mundo euro-asiático, e hoje nós podemos olhar para a peste negra com o olhar da História Ambiental, com o instrumental teórico que nós temos hoje, inclusive no sentido de discutir a biologia e a ecologia de como a presença e recepção de microorganismos, de patógenos, produzem uma epidemia daquele tipo. A peste bubônica, então chamada de peste negra, foi trazida nos corpos dos mercadores mediterrâneos do Oriente para regiões do que hoje chamamos de Europa, uma novidade trágica para o sistema imunológico das populações que as habitavam. Mas esse é um instrumental teórico pós-Pasteur. É uma boa ilustração do que chamo de “qualificação retrospectiva”, pois na época a peste foi entendida com conceitos cujo campo de possibilidades não passava pela dinâmica dos microorganismos. Algo semelhante podemos observar no fenômeno ainda mais impressionante e trágico que foi o enorme choque epidemiológico que acontece nos séculos XVI-XVII com a chegada dos corpos europeus aos espaços habitados pelas populações ameríndias. Alguns especialistas calculam que esse choque foi crucial no processo de desaparecimento quantitativo das populações nativas na ordem de 90%. Hoje podemos revisitar esse fenômeno com base em dinâmicas sociais e ecológicas que requerem um retorno à geografia das migrações iniciais do Homo sapiens para fora do que hoje chamamos de África, cerca de 60.000 anos antes do presente. Podemos fazer uma qualificação retrospectiva (quero firmar bem esse conceito) da história com base na microbiologia e na epidemiologia. Mas é claro que, na documentação do contato colonial, a mortandade dos nativos é entendida com base em outro tipo de representação, em

geral de caráter teológico.

Revista Cantareira: Ao que parece, pelo menos até o século XVIII, as catástrofes são interpretadas a partir de uma visão teológica. Poderia falar um pouco mais sobre isso?

José Augusto Pádua: Sim, eram fortes as interpretações teológicas, mas também filosóficas. Eu vi uma documentação, no caso das colônias puritanas nos Estados Unidos, em que havia algo semelhante a seguinte interpretação teológico-política das epidemias: Deus está limpando a terra desses pagãos demoníacos para que os cristãos possam ter direito a uma nova terra prometida. Essa terra deve pertencer aos que a trabalham e transformam, não aos que não a cultivam e a deixam em estado selvagem. Existe aí toda uma concepção que passa pelo que hoje chamamos de ambiental. Sociedades cujo estilo e ritmo de vida produtivo derrube poucas florestas e não interfere muito na biodiversidade estão deixando os solos ao léu, não estão aproveitando a riqueza da terra e não merecem sua propriedade. Estamos aqui na genealogia de ideias setecentistas que recebem sua síntese mais perfeita na teoria do valor-trabalho de John Locke, na imagem da propriedade da terra ligada ao suor de quem a transforma radicalmente. Mas, na chave de uma história ambiental, podemos falar na expansão de economias fundadas no crescimento produtivo, na transformação intensa das paisagens, desqualificando sociedades que possuem uma forma diferente de relacionar-se com o espaço vivido (e aqui não se trata de cair na visão ingênua, homogênea e ahistórica dos chamados “índios”. De toda forma, em relação ao que você perguntou antes, penso que é preciso diferenciar a dimensão ambiental dos processos históricos da tomada de consciência de uma “problemática ambiental”. O historiador pode observar a peste negra ou o choque epidemiológico da conquista colonial nas atuais Américas como casos fascinantes para a História Ambiental, pois envolvem uma presença muito forte de relações ecológicas num sentido amplo: microorganismos, vetores, ambientes e processos sociais propícios à expansão das epidemias etc. Mas naquele momento não creio que isso gerou uma reflexão crítica em relação ao que chamaríamos, usando uma qualificação retrospectiva, de fatores ambientais. Aquelas catástrofes foram em geral representadas com outras formas de pensamento.

Revista Cantareira: Mas quando surge um pensamento crítico em relação ao “meio ambiente”?

José Augusto Pádua: O início dessa reflexão, ao meu ver, está ligada à cultura do Iluminismo. A palavra ambiente foi pouco usada na época, mas outros conceitos se aproximaram desse tipo de leitura, como “economia da natureza” e “sistema da natureza”. É possível observar todo um novo vocabulário relacionado com o desmatamento, com a transformação das paisagens. Com as mudanças climáticas. Se fala, por exemplo, em “dessecamento”, que é a redução das chuvas, dos rios, das fontes de água, relacionadas com o desflorestamento, com a perda da vegetação nativa. O conceito de “sistema da natureza”, que emerge com força no século XVIII, principalmente através de Lineu, estabelece uma interdependência entre os diferentes elementos que estão presentes no mundo natural. Essa abre um campo de possibilidades para homens de ciência do período pensarem as consequências ambientais da ação humana. Então José Bonifácio pode criticar a caça de baleotes por destruir a economia da natureza manifestada nas baleias, que faz com que elas se reproduzam e com que se possa ter uma economia de caça às baleias. Os baleeiros ignorantes, segundo ele, arpoavam os baleotes, os filhotes, achando que isso facilitaria arpoar a mãe. Mas nesse movimento inviabilizam a

continuidade da caça em si. Então você pode perceber uma afinidade, na genealogia das ideias modernas, com a ideia de que os ecossistemas se degradam, se empobrecem, ameaçando a sustentabilidade da economia. A ecologia é um pensamento profundamente ligado à modernidade, ao ideal da ciência aplicada. É claro que no espaço de uma entrevista não se pode aprofundar muito a sua pergunta. Seria necessário, por exemplo, discutir a questão do romantismo, da visão da natureza selvagem como sublime, do valor estético-espiritual da paisagem. Mas o nascimento da ciência moderna, da mentalidade científica moderna, me parece essencial no tipo de consciência crítica que emerge em relação ao ambiente. Mas existem muitas nuances que passam pela arte, pela filosofia, pela religião etc.

Revista Cantareira: Essas preocupações ligadas a natureza durante o Iluminismo não estavam relacionadas a uma ideia de uma natureza digamos, mais “dominada”, a exemplo dos jardins, que a uma natureza selvagem, como a “mata virgem”?

José Augusto Pádua: Eu acho que essa distinção existe, mas é preciso cuidado com separações muito rígidas. Existe uma forte tradição, renovada no Renascimento, de elogio do bucólico, do espaço natural domesticado. Existe um elogio iluminista da intensificação produtiva fundada na ciência aplicada, espaços de criação de animais, espaços de agricultura, jardins geométricos. A gente associa muitas vezes o Iluminismo ao jardim geométrico, a tentativa de racionalizar essa paisagem cada vez mais humanizada. Mas existe também um elogio dos efeitos ambientais positivos das matas naturais. Por outro lado, as matas deveriam ser usadas de forma racional, com o corte planejado da madeira no sentido de conservar os estoques. No entanto, o maior dos pensadores iluministas, Immanuel Kant, também teorizou a estética do sublime, depois radicalizada pelos românticos no mesmo período (final do XVIII). O elogio do selvagem, dos oceanos, das grandes cordilheiras. O sublime, inclusive, não era o bonitinho, o aprazível, mas o terrível das forças naturais, o arrebatamento emocional que as paisagens selvagens ecoam. Na verdade, Iluminismo e Romantismo são tipos ideias muito genéricos, pois entre eles existem muitas maneiras intermediárias de arte e pensamento.

Revista Cantareira: Depois desse contexto mais geral que o Sr. apresentou, perguntamos agora; e no Brasil quando é que surge esse pensamento crítico em relação à natureza? Qual é o papel que podemos atribuir a autores como Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha e mais tarde Gilberto Freyre que tiveram essa preocupação da relação do homem com a natureza? Pelo menos até as primeiras décadas do século XX, eles ainda não estavam muito influenciados por certo determinismo geográfico?

José Augusto Pádua: Escrevi alguns trabalhos, inclusive o livro “Um Sopro de Destruição”, analisando a presença deste pensamento crítico no Brasil desde o final do século XVIII. Mas os autores que você mencionou são mais próximos e muito relevantes. Mas é preciso examinar melhor a historicidade dos diferentes autores. Existem diferenças de tempo e contexto, apesar de todos fazerem parte da melhor inteligência brasileira, que estava atenta com os movimentos do pensamento ocidental. Capistrano dialogava criativamente com a antropogeografia de Ratzel, formulando uma leitura muito criativa das regiões e grupos etnográficos que estavam se desenvolvendo no grande território formal do país. Euclides da Cunha estava influenciado pela geografia e o naturalismo do século XIX, mas também pela literatura emergente na geografia e na economia sobre os padrões destrutivos de uso da terra, os “fazedores de desertos”. Já Gilberto Freyre, nas décadas de 1920-1930, estava dialogando

com o aparecimento da ecologia aplicada nos Estados Unidos. Ele conhecia bem a ecologia dos sistemas naturais e as primeiras expressões da leitura ecológica da realidade na Antropologia e na Sociologia, como a chamada Ecologia Cultural e a Ecologia Urbana da Escola de Chicago de Sociologia. E vai além, absorvendo, criticando e reinterpretando essas leituras. O livro mais marcante que ele escreve sobre o assunto é “Nordeste”, de 1937, um grande livro cheio de intuições e observações originais. Gilberto Freyre é um autor que eu gosto mais pelas intuições do que pelas análises sistemáticas. Ele apresenta, escrevendo maravilhosamente bem, muitas sugestões de pesquisa, sacações interessantíssimas, que algumas vezes desenvolvia e outras não. Em “Nordeste” existe um momento, em um dos prefácios do livro, em que ele diz que não queria uma Ecologia Geométrica, uma Ecologia “quadrada”, mais sim uma ecologia que seja humana e inclusive poética, para pensar uma região. Então você vê que ele não estava apenas absorvendo conhecimentos de outros centros e sim dialogando com eles, fazendo a sua própria síntese. Capistrano e Euclides fizeram algo semelhante em momentos anteriores. E mais tarde é importante chamar atenção para o Sérgio Buarque de Holanda.

Revista Cantareira: Sérgio Buarque é quase sempre lembrado por outros trabalhos como “Raízes do Brasil”, “Visão do Paraíso”, mas falta ainda descobrir o Sérgio Buarque de “Caminhos e fronteiras”, entre outros?

José Augusto Pádua: Nós já estamos descobrindo, nós historiadores ambientais, já faz algum tempo. Isso, aliás, dá lugar a uma observação importante. A História Ambiental enquanto uma disciplina consciente de si mesma, institucionalizada na academia, é uma coisa que nasce na década de 1970 nos Estados Unidos, depois em outros lugares. Mas você não pode dizer que a análise histórico-ambiental começa na década de 1970. Você pode observar bem antes, sem usar o nome “História Ambiental”, autores que se aproximam muito dessa perspectiva. É o caso de Sérgio Buarque de Holanda em “Caminhos e Fronteiras”, um livro que sempre me impressionou. Ele estava preocupado com os atores da história vivendo em determinados espaços e em determinados momentos. Algo que deveria ser óbvio, pois a história sempre se dá em lugares definidos. Sérgio Buarque procura justamente situar os personagens. Ele começa a se perguntar, por exemplo, nas monções, nas movimentações para o Brasil Central, o que as pessoas comiam, como tratavam as suas doenças, como encontravam água potável, que roupa elas usavam e na medida em que vai fazendo essas perguntas, ele vai fazendo uma História Ambiental, vai trazendo o conhecimento da flora, dos solos, da fauna, ou seja, vai trazendo o ambiente, o conhecimento do ambiente para dentro da análise histórica. E é justamente esse movimento de inclusão, esse movimento de ampliação do campo de análise, que representa a boa História Ambiental no presente. Então, quando Sérgio Buarque se questiona qual era a vestimenta das pessoas que se movimentavam nos sertões, ele se pergunta que tipo de solo elas estavam pisando, se elas passavam em áreas muito encharcadas, afundavam os pés no húmus da mata, se fazia sentido andar calçado ou andar descalço, a influência do saber indígena sobre como trilhar o sertão. São questões da História Ambiental, que busca a dinâmica da vida histórica de maneira situada, não de maneira abstrata..

Revista Cantareira: E qual é a grande contribuição que o Sr. considera que a História Ambiental vem trazendo nos últimos anos?

José Augusto Pádua: Uma contribuição muito importante que a História Ambiental está trazendo é justamente a visão do espaço cheio, do espaço concretamente diversificado.

Quando a História dialogava com a Geografia, na maneira como a própria Geografia muitas vezes trabalha, existe uma espacialização da história, mas uma espacialização no mapa político, no mapa vazio que vai sendo preenchido pela expansão das atividades econômicas, etc. Mas acontece que o espaço nunca é vazio, ele é cheio; ele é uma aquarela colorida de formas de vida, de solos, animais, plantas, clima. Tem uma citação do Claude Levi-Strauss que eu gosto muito e usei em um artigo chamado “As bases teóricas da história ambiental”, publicado na Revista Estudos Avançados¹. Ele fala em “um mundo feito de formas, de cores, de texturas, de sabores, de odores” e que quando o ser humano percebe esse mundo, percebe pelos sentidos, pelo corpo e pela cultura. Então é muito comum você ver trabalhos de História Econômica, por exemplo, falando sobre a expansão da pecuária na direção de uma região, “aí foi seguindo pelos rios, pelas picadas etc.”. Mas você não se preocupa muito em notar a ecologia complexa daqueles espaços, que muitas vezes aqueles atores estão saindo na Mata Atlântica e penetrando no Cerrado, vivenciando um outro mundo, pois mudam os solos, a acidez dos solos, mudam os tipos de animais com os quais eles convivem, o tipo de plantas com os quais eles convivem, o clima, o calor, muda tudo. É claro que a vida cotidiana interage profundamente com essa mudança, que muitas vezes fica invisível para o pesquisador, empobrecendo a análise e gerando problemas de entendimento da ação coletiva que não são solucionáveis sem iluminar o espaço ecológico onde ela acontece.

Revista Cantareira: Estudiosos de Sérgio Buarque de Holanda já admitiram influência de Capistrano de Abreu em sua obra, principalmente em razão do historiador cearense ter demonstrado grande sensibilidade por aquilo que posteriormente veio a ser chamado de “cultura material”, por se preocupar, de alguma maneira, com o modo como as pessoas viviam. Esse também é um dos pontos altos da obra de Capistrano?

José Augusto Pádua: Quando a gente pensa nas ciências sociais e humanas do século XIX que podem ter influenciado a formação de Capistrano, pensamos muito em reducionismos e determinismo geográfico, mas existia também o nascimento de uma antropologia da vida material, de estudos antropológicos sobre como se vivia, como se habitava, como se alimentava. Você tem também uma nova Geografia Humana se formando, pensando as consequências da ação humana sobre o espaço vivido. Em autores oitocentistas, como no caso do próprio Marx, existe um enfoque materialista que se aproxima dessa busca pelas condições concretas de vida. Condições, e não apenas relações, de produção.

Revista Cantareira: Engels também denunciou através de suas obras as condições da classe trabalhadora na Inglaterra.

José Augusto Pádua: Ela afirmou inclusive que os microorganismos não respeitavam as fronteiras dos bairros pobres, transformando as condições degradantes de trabalho em problemas políticos de “saúde pública”. Existiu também toda uma reação cultural na Inglaterra da época em defesa das zonas rurais, dos caminhos antigos, dos parques. Você tem o romantismo inglês, com sua crítica das consequências ambientais da industrialização.

1 PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*, USP, v. 24, p. 81-101, 2010.

Revista Cantareira: E o que o Sr. vem estudando ultimamente?

José Augusto Pádua: Eu estou procurando estudar a questão da formação do território brasileiro numa perspectiva de História Ambiental. A gente pode observar como os atores vão se situar em manchas regionais que se conectam, se vivificam, estabelecendo redes na criação do que Milton Santos chamou de “território usado”. Eu penso o Brasil cada vez mais de uma maneira regionalizada, uma multiplicidade de fronteiras, de diferentes “histórias” do Brasil. Até porque, o território continental onde o Brasil vem sendo construído é ecologicamente muito rico e diversificado. A construção do estado e a unificação do enorme território herdado politicamente da América portuguesa, envolveu movimentos sociais e políticos complexos que possuem uma forte dimensão ambiental. Sendo construído enquanto um estado, enquanto uma nação, é um território ecologicamente muito rico e diversificado. Veja o caso muito concreto da introdução pelos colonizadores de muitos animais que não existiam nos ecossistemas nativos. Eu imagino como seriam essas paisagens antes de 1500, sem bois, cavalos, porcos, galinhas, bodes, ratos, baratas... A criação de gado bovino era muito difícil nas florestas que hoje unificamos no conceito de Mata Atlântica. Mas no sertão existiam paisagens mais abertas, diferentes tipos de savana, como o Cerrado, a Caatinga, a Pampa. A expansão do território passou pela vivência prática e cotidiana dessas diferenças ecológicas. Mesmo na Amazônia, onde é que tem pecuária antiga? Nos campos naturais da Ilha de Marajó, no que hoje é Roraima, no Rio Branco. Então você vai dizer que isso é determinismo geográfico? Eu vejo que isso é a vida vivida das sociedades e dos lugares em que os atores históricos estão vivendo, que são lugares concretos, diversificados e os próprios atores vão percebendo que não vale a pena ter um custo enorme para destruir floresta e criar gado, quando na margem de manobra espacial e territorial que eles têm, eles podem jogar o gado para paisagens naturalmente mais abertas. É sempre um movimento complexo e com causalidade múltipla. Existe a questão da conquista territorial. Onde o gado chega, um animal exótico, que não faz parte das cosmologias nativas, os indígenas tendem a se afastar. Essa história biológica, ecológica, mas também cultural e econômica, tem implicações enormes para repensar a história do Brasil. É isso que estou procurando estudar atualmente.

Revista Cantareira: Pode discutir mais o papel da pecuária nesse processo?

José Augusto Pádua: O caso do boi e do cavalo são cruciais. Mas vamos focar no tema do gado bovino, que foi um instrumento fundamental de territorialização, de expansão territorial. A resistência do boi, a força do boi, a maneira como o gado bovino consegue se expandir pelo território e se reproduzir de uma maneira tão intensa – é claro que se trata de um animal naturalmente resistente – se deve também ao fato de que nos ecossistemas nativos ele não tinha inimigos naturais. Quando uma espécie exótica entra nos ecossistemas propícios, em geral ela se expande, pois as relações ecológicas que estavam presentes não “previam” a presença daquele ser vivo. Ele não tem predador, ele se expande. Mas é claro que tudo depende das características de cada lugar. Porque se o gado bovino é introduzido no Ártico, por exemplo, ele também não tem predador, mas as condições seriam impróprias devido ao gelo, ao frio. Aqui não, nas áreas tropicais e subtropicais, além de não ter predador, ele está em regiões cheias de água, de calor, de umidade, de matéria orgânica. Então a tendência é do boi se expandir e por grandes distâncias. Apesar de que os ecossistemas são sistemas vivos e dinâmicos e com o tempo doenças e predadores começaram a aparecer. De toda forma, no meu livro “Um Sopro de Destruição”, eu cito um documento do início do século XIX que o personagem fala mais ou menos o seguinte: “eu prefiro criar bois do que galinhas nesse

sertão, mesmo que eu venda um boi pelo preço de uma galinha, porque as galinhas precisam de quem as alimente e as carregue e os bois caminham por si mesmos e encontram comida em toda parte". Isso é História Ambiental, a história econômica é iluminada pelo estudo da biologia do boi, da ecologia do gado bovino, dos ecossistemas locais.

Revista Cantareira: Isso estaria relacionado, por exemplo, às observações que Saint Hilaire faz do gado nos sertões do São Francisco, quando menciona as reses lambendo terrenos salgados?

José Augusto Pádua: Exatamente, o gado vai buscando elementos de que ele precisa na oferta ecológica de um determinado lugar e isso influencia a territorialização regional das sociedades, o controle das fontes de água, de sal. Os homens e seus animais não estão vivendo no ar, eles estão vivendo em lugares concretos, com calor, com frio, eles vão na medida do que seja possível se ordenando nesse espaço cheio, da maneira mais eficiente, ou que atenda mais aos seus objetivos, ou o que eles vão percebendo como seus objetivos, da maneira mais fácil. Então, você vai jogando o gado para as paisagens mais abertas. Já, por exemplo, a cultura dos engenhos de açúcar é o contrário. Ela é na mata, porque ali você tinha uma situação em que a queima da mata era um fertilizador do solo e a venda do produto compensava o custo do desmatamento. A mesma coisa ocorre mais tarde com o café.

Revista Cantareira: Aí, no "nordeste", nesse momento, o gado já não teria tanta importância?

José Augusto Pádua: Ele sempre tem importância para tração, para locomoção, para vários usos cotidianos. Mas é diferente de um processo de expansão econômica e construção territorial fundado na criação massiva de gado de corte.

Revista Cantareira: Alguns historiadores discutem que a produção da pecuária seria muito mais um negócio interno da colônia.

José Augusto Pádua: Claro, a atenção forte para o mercado interno na formação do Brasil foi uma das principais inovações historiográficas das últimas décadas. Do ponto de vista da História Ambiental, dos processos de territorialização e transformação das paisagens, foi uma inovação muito positiva. Atividades voltadas para o mercado interno como a pecuária podem gerar menos renda do que a exportação de açúcar, mas possuem grande relevância ambiental e na construção social do território. Tudo se reflete na paisagem. Essa é uma dimensão bonita da História Ambiental, a vida social se reflete na paisagem e no espaço vivido. A paisagem construída pela ação humana existe sempre na interação com um determinado contexto biofísico. Os ambientes se diferenciam nesse jogo de interações. Você olha a paisagem da cidade e vê as diferenças de classe se materializando. Quando a gente aprende a ler a paisagem, o entendimento histórico se amplia, seja nos espaços rurais ou urbanos. Alguns têm essa imagem de que o ambiental é apenas o distante, o rural, o selvagem. De jeito nenhum. Onde é que as cidades existem? Elas existem em baías, em montanhas, em vales, perto de rios, tem toda uma diversidade de vida dentro da cidade, uma fauna, uma flora, tudo o que está acontecendo na cidade é ambiental. Você pode observar a entrada de energia e matéria no sistema urbano, assim como sua saída através de lixo, de poluição. Existe até um conceito

interessante que Marx usava e alguns historiadores ambientais estão recuperando. A ideia de metabolismo entre sociedade e da natureza. O mesmo ocorre no espaço rural, na configuração produtiva das propriedades, nos tipos de arquitetura. Uma coisa que os historiadores ambientais dizem é que a gente não lê só documentos, podemos ler os ambientes também.

Revista Cantareira: Alguns historiadores brasileiros, a exemplo de Evaldo Cabral de Mello, dedicados aos conflitos, guerras e revoltas no Brasil tem valorizado bastante as condições geográficas em que essas lutas se davam, já que elas tendiam a favorecer enormemente os grupos locais em detrimento dos Europeus. O Sr. poderia comentar um pouco sobre fenômenos desse tipo a partir de um olhar da História Ambiental?

José Augusto Pádua: Uma coisa que a gente observa na História Ambiental é que as paisagens históricas muitas vezes parecem dadas, mas elas são construções históricas, nessa interface, nessa fricção entre o social e o natural que está presente em todos os fenômenos sociais. Quando você examina qualquer fenômeno social, vamos começar pelo fato de estarmos dialogando aqui numa entrevista, essa interação está presente. Não adianta nós queremos ter uma visão do ser humano flutuando no ar. Mas a leitura do ambiente não pode ser estática. É um fenômeno sempre dinâmico e complexo. Então, por exemplo, o Evaldo mostra que a gente olha as paisagens das praias do Nordeste hoje cheia de coqueiros e se afirma que “é o coqueiro da Bahia”, “o coqueiro do nordeste”. Mas o coqueiro é uma árvore exótica, foi introduzida. Há uma discussão se ela veio por correntes naturais dos oceanos ou se ela foi introduzida pelos colonizadores. Mas, de forma, é certo que os colonizadores também as introduziram. As praias do Nordeste antes eram cobertas de cajueiros. Você vê os cajueiros sendo deslocados pela expansão dos coqueiros no mesmo movimento que os europeus e os euro-descendentes iam conquistando a terra e deslocando os nativos. As consequências dessas mudanças ambientais influenciaram as guerras e outros processos sociais desde a América portuguesa. Agora, as ações humanas concretas e as interações e elaborações culturais são parte integrante desse jogo. Existem casos em que europeus chegavam em regiões ricas de flora e de fauna e não conseguiram encontrar alimento. Isso só acontece com a mediação dos saberes indígenas, para entender os usos possíveis daquela biodiversidade pouco conhecida pelos de fora. O mesmo em relação às formas de se movimentar nas paisagens nativas, fundamentais nos casos de conflito armado

Revista Cantareira: No século XVIII o jesuíta Antonil chega a descrever algumas situações muito dramáticas para Minas Gerais em que os moradores, pela falta de comida, tinham de se alimentar de lagartas e caso não soubessem prepará-las poderiam se tornar um veneno refinado. Isso também pode ser um exemplo de tema para estudo da História Ambiental?

José Augusto Pádua: Com certeza. Alain Corbin fala de sistemas de cognição e sistemas de avaliação da natureza. Muitos acham que a avaliação dos elementos da natureza é óbvia. Mas eles possuem uma evidente historicidade. Por exemplo, a valorização das praias, do banho nas praias, é uma coisa muito do século XX. No caso do Brasil, no século XIX – a praia era vista em geral como lugar de doença, lugar de morte, onde se jogavam cadáveres. O Gilberto Freyre menciona isso no “Nordeste” e outros autores também. Também existia o fato das fezes e urinas dos sobrados das cidades serem jogadas nas praias pelos escravos chamados “tigres”. A ironia é que hoje, em uma escala muito maior, continuam sendo jogados no mar,

só que através de sistemas de canalização que “disfarçam” o impacto ecológico. A relação com o mundo biofísico é mediada pela cultura, pela linguagem, pelas percepções, pelas técnicas. O mesmo vale para os alimentos. Evaldo Cabral de Mello também demonstrou que os colonizadores no Nordeste apenas adotaram a farinha de mandioca, diminuindo a sua depreciação cultural, com o fracasso ecológico de plantar trigo. Com o tempo a farinha de mandioca se tornou parte da identidade cultural brasileira. Tudo passa pela cultura, mas a cultura não existe no vazio, está sempre em interação com o mundo. O mundo da cultura e da linguagem também passa pelo corpo, pelos sentidos, pela experiência da biodiversidade, pelos contextos ecológicos (como no caso da impossibilidade de se plantar trigo em ambientes tropicais).

Revista Cantareira: Qual é o atual estágio da produção em História Ambiental hoje no Brasil?

José Augusto Pádua: Sua presença é crescente, na academia e na sociedade. É preciso pensar o seguinte: o Brasil é um dos lugares-chave na discussão ambiental global. A natureza e a territorialidade marcam profundamente a história nacional. Seja na biodiversidade, na agricultura, no debate florestal, na hidrologia, na climatologia é difícil encontrar um outro território nacional do planeta que tenha hoje a relevância ecológica que tem o território brasileiro. É uma enorme concentração de biodiversidade, de água doce, de biomassa, de energia solar. A presença da floresta amazônica marca esse diferencial. Então, o Brasil é sempre um dos lugares centrais no debate ambiental internacional. No caso da História, as características da formação do país e do seu território oferecem uma riquíssima variedade de temas e de documentação disponível. E o interesse na sociedade é grande. As pessoas querem saber como se construiu um território tão gigantesco, como tem sido os processos de desflorestamento, como entender o passado e o futuro da Mata Atlântica, da Floresta Amazônica. Existe também a questão do agronegócio, das novas fronteiras de expansão da produção de soja e da pecuária, qual é o impacto das mudanças ambientais no Brasil para as mudanças climáticas globais etc. Acho que outro diferencial que nós temos foi a presença do Warren Dean, que nos legou alguns clássicos sobre a história da Amazônia e da Mata Atlântica que servem de um grande ponto de partida para nossas pesquisas. O livro “A Ferro e Fogo”, por exemplo, apresenta uma pesquisa extraordinária, de fôlego, sobre a história da Mata Atlântica, incluindo a formação da floresta, a chegada dos grupos paleo-indígenas, as consequências ambientais da ocupação colonial e do processo de construção do estado nacional. Então, você tem nesse um excelente mapa de questões. Não é, obviamente, uma bíblia. Eu hoje vejo vários problemas nas perspectivas de análise do Warren. Mas um excelente ponto de partida. O mesmo pode ser dito da produção historiográfica clássica no Brasil, sobre a qual já conversamos. Não são todos os países que tem uma tradição como essa, que inclui Sérgio Buarque, inclui Gilberto Freyre, inclui Caio Prado Jr. e vários outros autores. Como disse antes, nós temos uma documentação riquíssima ao nível das várias regiões, em grande parte ainda pouco explorada. A gente pode dizer que o ambiental está presente em qualquer história, em qualquer sociedade. Mas o caso do Brasil, não que seja superior, mas é de uma riqueza muito grande. Porque é uma história que se confunde com a própria construção do território da América portuguesa, e depois do Brasil, nessa região tropical riquíssima, com uma variedade impressionante de fauna, de flora, de elementos da natureza. Tudo isso se reflete no nosso imaginário, na nossa cultura. Você vê a presença da natureza na formação da cultura brasileira, na própria identidade brasileira, nas imagens do “berço esplêndido”, do “gigante pela própria natureza”, dos “risinhos lindos campos”. A grandeza do território sempre foi um elemento

fundamental na imagem do estado nacional. Mesmo no caso do arquipélago colonial, você tinha toda uma produção cultural que valorizava a natureza, a flora. Isso aparece no arcadismo, e depois no romantismo, no modernismo. A nossa formação econômica é também muito colada na diversidade da natureza, muito marcada pelo desflorestamento, pela transformação das paisagens, pela introdução de espécies exóticas. Tudo isso gerou uma documentação muito rica. E na medida que as Universidades vão percebendo isso, inclusive ao nível regional, as pesquisas, dissertações e teses vão aparecendo, as publicações vem crescendo em revistas nacionais e internacionais. Agora, pode-se dizer que esse desenvolvimento é ainda pequeno em relação ao seu potencial. Você tem alguns centros formando novos pesquisadores. Aqui no PPGHIS/UFRJ temos um desses centros, com a presença de dois professores, eu e a Lise Sedrez, uma colega que se especializou na História Ambiental urbana e vem trabalhando muito com enchentes, inundações, relação das cidades com o mar e os rios. Outros centros que vêm se destacando são a Universidade Federal de Minas Gerais, a Universidade Federal de Santa Catarina, a UNB, a Universidade Federal de Pernambuco, para mencionar apenas alguns nomes. É um campo em expansão que vem sendo bastante apoiado pelas agências de financiamento. Na América Latina também, na Colômbia, no México, na Argentina, em alguns outros lugares, a produção também está crescendo. Existe uma Sociedade Latino-americana e Caribenha de História Ambiental (SOLCHA) que fará seu próximo congresso na Argentina, em outubro de 2014. Eu diria, assim, que a Historiografia Ambiental brasileira está em expansão, está cada vez mais sofisticada, antenada com uma melhor produção historiográfica internacional. O futuro é bastante animador.